



CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS INDÍGENAS - RJ



ATA DA V REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS INDÍGENAS – CEDIND, REALIZADA EM ALDEIA MATA VERDE BONITA, RESTINGA - MARICÁ/RJ EM 27 DE FEVEREIRO DE 2019.

1. Presentes:

Açucena Ribeiro (Aldeia Pataxó), Monalyza Alves (SEDHMI), Luana Braz (SEDHMI), Toni Lotar (Indigenista), Cristiano Machado (Coordenador Técnico da FUNAI), India Bare (A. M. Suplente), Vilmar Vilharves (Aldeia Mata Verde Bonita - Kaaguy), Marize Vieira de Oliveira (ISPOAJ - Aldeia Jacutinga), Mauro Adriano (UFRJ), Neusa Martine (SESAI), Luis Henrique Pellon (UNIRIO), Demércio Martine (Aldeia Rio Pequeno - Tekoã Ily), Rosani Ferraz de Araújo Staneck (SEXPLEC/RJ), Eduardo Carvalho (SEAPPA), Sérgio Ricardo Verde (GRUMIN), Reinaldo de Jesus Cunha (AULA), Nino Benites da Silva (Aldeia Araponga), Vanderlei da Silva (Suplente Maricá), Carmelita Lopes (Movimento Ressurgência Puri), Cacique Felix (Aldeia Céu Azul-Ara Hovy), Açucena Ribeiro da Silva (Aldeia Pataxó), Lívia Cassenes (Defensoria/Conselheira), Thales Arcoverde Treiger (DPU), Julio Garcia Karaí (Comissão Guarani FCT.CGY), Carlos Tukano (AIAM), Jurema (Caciqua da Aldeia Mata Verde Bonita), Roseday Santos Nascimento (SEEDUC/RJ), Marluce Braz (SECEC/RJ), Diana Anastácia (SECEC/RJ)

2. Apresentação cultural

3. Rodada de Apresentação: O Sr. Darcy - aldeado de Mata Verde Bonita destacou a importância da terra para garantir as questões de educação e saúde da população indígena. A Sra. Rosani destacou sua mudança de função e que compõem atualmente como Coordenadora de Desenvolvimento Sustentável na Secretaria de Estado de Agricultura. (confirmar na minutagem se o Rapaz que estava com ela se apresentou) O Sr. Vilmar aldeado de mata verde bonita agradeceu a presença de todos e desejou boas vindas. O Sr. Mauro Adriano – visitante da Aldeia Mata Verde Bonita; a Sra. Neusa da Aldeia de Rio Pequeno e também é assessora de Saúde Indígena de Paraty pela SESAI. A Sra. Carmelita do Movimento Ressurgência Puri, aproveitou para pedir desculpas tendo em vista que na última reunião o povo Puri foi desrespeitado e se desculpou por isso.

4. Início da Reunião: o Sr. Carlos Tukano informou que está seria a primeira reunião na Aldeia de Maricá e que outras ali irão acontecer assim como em outras aldeias pelo Estado. Solicitou que o Sr. Nino controlasse o tempo de fala para que todos tivessem a oportunidade de apresentar suas demandas. Lembrou que a questão da terra para a Aldeia de Mata Verde Bonita, vem desenrolando-se desde 2014, quando lhes foi prometido a entrega da titularidade em 19 de abril daquele ano. Aproveitou para solicitar aos representantes da Defensoria Pública da União e da Defensoria Pública Geral do Estado do Rio de Janeiro, que auxiliassem a Aldeia na obtenção do título da terra. O Cacique Félix destacou que as terras doadas pela Prefeitura para sua aldeia não permitem o cultivo, destacou a ausência de água na Aldeia. Relatou que para ter água é necessário o apoio de um vizinho próximo a aldeia que tem poço e que isso gera custos para os aldeados. Destacou também a dificuldade de locomoção é outro desafio, a aldeia está muito distante. Retomando o caso da MVB - Mata Verde Bonita – fala do Darcy Tupã – Caso os empresários não queiram ceder a terra que a Prefeitura compre. Solicitou que a DPGE (Defensoria Pública Geral do Estado) e a DPU (Defensoria Pública da União) chamem os empresários para uma conversa, com o intuito de cumprir o prometido. A Prefeitura ficou de arrumar outra terra para a Aldeia do Cacique Félix, como solução e não problema, com o intuito de trazer dignidade as pessoas desta terra. O Sr. Nino – reforçou a importância da questão da terra tanto para MVB como para as demais aldeias. Reivindicou que ao final da reunião tenhamos um documento definitivo. Destacou que a próxima reunião ocorrerá em Paraty e contará com o apoio do Sr. Júlio que irá ajudar na mobilização. Destacou que questões como Luz, pavimentação das estradas são primordiais. E que fará uma mobilização para que Vereadores e Prefeitos para a reunião. Falou ainda sobre os resultados da última reunião da SESAI em Curitiba cujo o desdobramento será a municipalização da saúde indígena. Falou ainda que é preciso repudiar o documento feito pelo Ministro, e encaminhar este documento. A Sra. Carmelita pediu um esclarecimento, se a questão da segurança dos aldeados estará na pauta? A mesa não respondeu. Em prosseguimento, o Cacique Félix falou dos problemas em sua aldeia que são: terra, saúde, água, e a conta da luz que acaba sendo um problemas pois é muito cara. Destacou que a maioria dos aldeados estão desempregados. E que para ter água precisa do apoio do vizinho que cobra a conta de luz. Destacou que desde a chegada à Aldeia ela não tem sido respeitada como tal. É preciso assegurar a questão da terra. Sem a terra não temos saúde, pois na terra podemos plantar nossos remédios e alimentos. O Sr. Tupã - fez sua fala inicial em Guarani – em seguida, em português, destacou a luta pela terra. Salientou que a terra onde está a Aldeia foi escolhida pelo líder e Page. Salientou que retirar a aldeia daqui é ir para o espraçado, ainda dentro do município de Maricá. O antigo Prefeito prometeu escolher a terra através da visão indígena e que mesmo com pé atrás, eles vieram até maricá. Por escolha dos indígenas foi dada a terra. No dia 19 de abril ocuparam a terra. Destacou que o Sr. Davi (conhecido como Espanhol), está pronto para doar a terra a Aldeia, desde que haja um estação de tratamento. O Sr. Toni já ouviu a proposta do “Espanhol”. Este ano ele quer

andar com a demarcação. A prefeitura terá facilidade de investir na área ou indenizar o “Espanhol”. Dar a mão para cortar o queijos juntos. O Sr. Júlio propôs que as instituições – FUNAI, Prefeitura, DPU, DPGE, Comissões específicas do conselho façam uma agenda com os representantes e “Espanhol”, marcar uma reunião específica. A Sra. Marize falou; pensamos neste conselho para dar visibilidade às questões indígenas, o que foi colocado pelo Tupã, passou pela questão da vontade política. Demarcar é importante, mas sem vontade política não será possível. Propôs sair com um dia já marcado para conversar com o Sr. Davi/Espanhol. O Sr. Toni em sua fala destacou que o ano de 2018 foi um ano burocrático para o CEDIND, entretanto, neste ano será possível encaminhar soluções para as questões de terra, na doação prometida pelo “Espanhol” ter uma data rápida, para que em 19/04/19 seja assinada a escritura de doação das terras para a MVB(empresa responsável pelo *resort* que será construído em Maricá). Destacou que no caso da Aldeia do Cacique Félix já existe a disponibilidade para a mudança. Destacou que os custos estão altíssimos, lembrou da importância de inseri-los na tarifa social. O Sr. Cristino da FUNAI falou sobre a questão da terra. Existe uma conversa para vir a comunidade para discutir. Na questão da segurança nesta comunidade a Prefeitura não ter só a moeda mas outras ações permanentes ou não, ouvir toda a aldeia o CEDIND fazer isso. Propõe a criação de um GT (Grupo de Trabalho) para debater a situação da comunidades indígenas de Maricá... Para que sejam feitas visitas para se alocar em outras áreas. Itaipuaçu está no meio de uma pedra. Destacou que a FUNAI não teve nenhum acesso “aos Espanhóis”. O Sr. Reinaldo a comissão receber os documentos para criar agendas vinculadas às temáticas, dois tipos de agenda e assembléia. A Sra. Monalyza pediu esclarecimento ao Sr. Darcy Tupã ha cerca do contato dela com “os Espanhóis”, o Sr. Darcy Tupã passou os contatos telefônicos do Sr. Davi e do seu Secretário Paulo Delgado. O Sr. Tupã continuou dizendo que o Sr. Cristino da FUNAI nunca vem às reuniões solicitadas pela Aldeia. Destacou que a remoção da Aldeia destas terras não é o ideal uma vez que já existe um cemitério indígena no local. A Sra. Neusa da SESAI o Dr. Thales da DPU falou da importância em conversar com o “Espanhol”, falou que foi feito o registro na Polícia Federal das ameaças que os Aldeados de Mata Verde Bonita vem sofrendo, destacou que é importante registrar sempre na Polícia Federal. Disse ainda que já foi encaminhada a Ação Civil Pública contra o Sr. Poubel. Destacou que caso a segurança ainda seja um problema, poderíamos pensar em incluir a aldeia no programa de proteção de defensores de direitos humanos. A Sra. Monalyza aproveitou para solicitar a plenária a adesão do INEA, do Ministério Público Federal e o Ministério Público Estadual. A plenária concordou por aclamação. A Dra. Livia da DPGE (Defensoria Pública Geral do Estado) falou da garantia da relação estável com o lugar de pertença, e ainda, de compreender a situação jurídica da terra. Falou ainda do poder público utilizar meios legais de desapropriação. Entretanto, é preciso fazer uma investigação jurídica. Perguntou a Maria – representante da Prefeitura qual a situação jurídica e a licença para o empreendimento. O Sr. Toni completou afirmando que há 05 anos existe a promessa lembrada pelo Sr. Darcy Tupã. Lembrou ainda que no próximo ano

será ano eleitoral na esfera municipal. A Dra. Livia destacou que precisamos saber se a empresa de fato é dona da terra. A Cacique Jurema (deu início a fala em guarani) em seguida declarou que é necessário um documento em que todos assinem confirmando que todos os aldeados de Mata verde Bonita desejam permanecer nesta terra. Finalizou perguntando: Qual é a verdade? Ele é dono da terra? A Sra. Maria Oliveira representante da Prefeitura de Maricá, disse que entende a reclamação de todos. Salientou que desde a jornada indígena em Março de 2017 vem acompanhando a Aldeia Mata Verde Bonita, e que desde então atua como representante dos indígenas na aldeia. Destacou que o contato com a Aldeia do Cacique Félix demorou um pouco mais. Falou que em conversas com o então Cacique tupã Ihe foi apresentado projetos bons que iriam estruturar a aldeia. A partir da questão da terra, pensou-se em realizar um Encontro Estadual das Aldeias Indígenas. No projeto estava contemplada a construção de Ocas, e outras estruturas físicas que seriam feitas e pensadas com a Aldeia, e com isso haveria a contratação de mão-de-obra dos indígenas aldeados. Como o município nunca havia feito uma contratação deste tipo, ela foi aconselhada a procurar o procurador do município. Foi então que o mesmo levantou a situação da propriedade da terra onde está Aldeia não ser para uso indígena e sim privada. Destacou que sua intenção ao criar este projeto foi em modificar a percepção da população de Maricá com relação aos indígenas. Esclareceu que a partir do caso de racismo sofrido pelos aldeados de MVB ela deixou claro que caso eles quisessem, ela estabeleceria uma conversa com o Prefeito para realocação da Aldeia. O que iria refletir no apoio da Prefeitura, uma vez que, a terra seria pública melhorando os investimentos na aldeia. Destacou que na atual situação de MVB o que está sendo feito pela prefeitura é assistir basicamente a Aldeia até que a regularização da terra seja concluída. Quanto a Aldeia do Cacique Félix, sugeriu a criação de um GT para o acompanhamento da transferência da Aldeia. O Cacique Félix concordou com a remoção da Aldeia mediante um documento que comprove a posse da terra para a Aldeia. A Dra. Livia perguntou quais seriam os instrumentos jurídicos utilizados para o deslocamento da Aldeia? 2. Qual o plano da Prefeitura para dar conta da gestão passada? A Sra. Maria esclarece que no que diz respeito a MVB tomou conhecimento somente hoje do desejo de permanência nas terras. O Sr. Darcy Tupã observou que esta terra pertenceu ao Padre Anchieta, que tinha uma fazenda com 40 índios e 40 negros, que encontrou nas terras “telhas feitas nas coxas”. O Sr Sérgio apresentou esclarecimentos quanto a situação ambiental das duas aldeias. Disse que pelo Sistema Nacional Lei 9985/2000 – A Aldeia de Itaipuaçu – está situada no Parque Estadual da Serra da Tiririca. Por se tratar de um Parque não há condições de demarcação, a menos que a ALERJ vote uma lei para ampliar o espaço do Parque. Já no caso de MVB, ser uma APA (Área de Proteção Ambiental) é possível que a mesma seja privada. Informou ainda que o projeto da IDB Brasil está embargado a alguns anos. Propôs como encaminhamentos 1. Que seja doada a área aos aldeados. Que seja feito um estudo detalhado da cadeia dominial da propriedade. O Sr. Toni lembrou que existe uma RIMA – Relatório de Impacto do Meio Ambiente. O Sr. Sérgio prosseguiu,

questionou sobre em que momento a terra passou para a propriedade do “Espanhol”. Propôs que a Prefeitura comprasse a terra, e por fim, e última sugestão que fosse realizado o processo de desapropriação, o que em sua opinião é viável. O Sr. Demercio destacou a situação de sua aldeia, declarando que estão sendo ameaçados de remoção. A Sra. Marize salientou que a educação é a base para transformar a percepção da população de Maricá com relação a Aldeia Indígena, o pré-conceito será combatido com educação. Propôs um Seminário Permanente de capacitação de professores na Lei 10.645/08. A Sra. Maria respondeu que o Eixo Igualdade Racial está implementando um projeto com este cunho. O Sr Toni Lotar pediu a inclusão de seu nome como representante da FUNDAR na Comissão Permanente de Território.

5. Encaminhamentos: Reunião com os representantes da IDB Brasil (“Espanhóis”), com **a.** presença da Caciqua Jurema e representantes do CEDIND (DPU, DPGE e Comissão Permanente de Território) **b.** realizar o levantamento jurídico da propriedade da terra; **c.** Reunião com o Prefeito de Maricá em 14 de março de 2019, para tratar da situação das duas aldeias de Maricá.

Com a outorga de todos, eu Monalyza Ferreira Alves Pereira, ID 432570-6 lavrei a presente ata.